



IV JORNADA DE
PESQUISA EM
PSICOLOGIA
DESAFIOS ATUAIS NAS
PRÁTICAS DA PSICOLOGIA

25 e 26 de novembro de 2011
UNISC - Santa Cruz do Sul

A INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS E SUAS FAMÍLIAS NO ENSINO REGULAR NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

*Lisiane Weigert Cassales
Miriane Alves Lovato
Aline Cardoso Siqueira*

Resumo

A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular é realidade em muitas escolas públicas e privadas. O objetivo desse estudo foi compreender a inclusão de alunos especiais e suas famílias na escola regular na perspectiva dos professores. Participaram quatro professoras, duas de uma escola pública e duas de uma escola privada de Santa Maria. Foi realizada uma entrevista, a qual foi analisada qualitativamente. Entre os resultados, encontrou-se relato de despreparo para lidar com as crianças e as famílias, que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento da criança portadora de necessidade especial, assim como, para um processo de educação e aprendizagem, ou simplesmente para a socialização. Os entrevistados ainda afirmaram que a família e a escola devem trabalhar juntas em prol da criança. Torna-se necessário um melhor preparo para exercer um trabalho de qualidade com essas crianças, tanto por parte dos professores como das próprias escolas. Somente com capacitação e um esforço conjunto da escola e família, será possível propiciar um ótimo desenvolvimento psíquico e motor para a criança especial.

Palavras-chave: inclusão; necessidades especiais; família; professores.

Introdução

O presente artigo trata da inclusão de alunos especiais na escola regular pela visão dos professores, enfatizando a percepção dos educadores sobre as famílias desses mesmos alunos. Nos últimos anos, houve uma evolução nas práticas inclusivas, principalmente no âmbito escolar, ainda que os princípios políticos e sociais que regem a inclusão não tenham sido totalmente incorporados. Este fato causa inquietação no meio educacional e muita insegurança por parte dos pais e cuidadores, podendo se dar tanto pela falta de conhecimento como pelo preconceito enraizado em relação às pessoas diferentes (HERRERO, 2000). A inclusão pressupõe mudanças na sociedade, para que a mesma se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas portadoras de deficiência. Trata-se

do princípio de normalização o qual, é visto por Herrero (2000), como uma aceitação do deficiente com suas dificuldades e o reconhecimento pelo seu direito de vida normal, em todos os sentidos.

O processo de inclusão nas escolas não é simples, pois é preciso a reestruturação física nas mesmas, por exemplo, com instalação de rampas e banheiros adequados, mas principalmente, faz-se necessária a preparação de professores, que apresentam funções essenciais na estrutura e no funcionamento do sistema educacional (HERRERO, 2000). Diante dessa situação, é de extrema importância que os professores tenham a sua disposição, instrumentos para atender as necessidades apresentadas pelos alunos.

Além disso, as famílias das crianças portadoras de necessidades especiais estão reivindicando os direitos dessas crianças de acesso à educação e a uma socialização plena no ensino regular. Historicamente, estas crianças ficavam resguardadas da sociedade em ambientes privados, com instituições próprias voltadas para eles e o ambiente familiar (BEYER, 2006). Nessas ações, havia a crença de que estas crianças estariam protegidas da sociedade, contudo, deixavam de desenvolver-se em ambiente social compartilhado com outras crianças, aumentando o estigma associado a essas crianças.

Conceito de Necessidade Especial

Existem vários tipos de deficiências ou necessidades especiais, com suas características e dificuldades particulares, por isso nenhuma pessoa que possui a mesma necessidade será igual à outra ou terá a mesma forma de desenvolvimento e aprendizado. Assim, há a deficiência congênita que é aquela onde a pessoa nasce com ela, e a deficiência adquirida que se desenvolve por razão de alguma patologia, acidente ou alguma coisa semelhante.

No entendimento de Fonseca (1995), a criança deficiente é aquela que se desvia da média ou da criança normal em alguns pontos, são eles: características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional, aptidões de comunicação e múltiplas deficiências. Sendo assim, as patologias são consideradas específicas e diagnosticadas na maioria das vezes por médicos. Ainda há um outro tipo de necessidade especial que se denomina como de origem psicológica, estas são mais difíceis de serem diagnosticadas, pelo fato de muitas vezes os sintomas serem atribuídos a outras instâncias, não sendo então, levadas a sério.

Para Herrero (2000) o conceito de necessidade especial surgiu para dar resposta às crianças que, por diferentes causas, apresentam dificuldades de aprendizagem e necessitam de uma ajuda diferenciada daquela fornecida aos demais alunos. Porém, como as dificuldades têm um caráter interativo e são próprias de cada um, o conceito de necessidade especial não pode ser estabelecido de forma definitiva.

A partir dessas breves considerações, o objetivo desse estudo foi compreender a inclusão de alunos especiais e suas famílias na escola regular na perspectiva dos professores.

Metodologia

Delineamento

Trata-se de um estudo qualitativo. Em estudos dessa natureza, considera-se que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo (GIL, 2002). Além disso, a pesquisa qualitativa se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, analisados de forma detalhada a partir da significação que é atribuída aos seus atos (ORLANDI, 2007). Segundo o mesmo autor, a característica principal da pesquisa qualitativa é um pesquisador participativo, compreensivo e capaz de interpretar, viver e conhecer a realidade do contexto sócio-cultural vivenciado pelo grupo estudado.

Participantes

Participaram deste estudo quatro professoras do sexo feminino, sendo duas do ensino público e duas do ensino privado, que lecionam no ensino fundamental na cidade de Santa Maria, RS.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada. Entende-se por uma pesquisa semi-estruturada aquela que possui uma forma mais flexível. Além disso, é um instrumento que não exige uma ordem rígida nas questões, possibilitando a fala dos sujeitos entrevistados e permitindo selecionar temáticas para aprofundamento. Assim, a entrevista semi-estruturada é uma técnica que supõe uma conversação entre entrevistado e pesquisador, o qual deve

dirigi-la de acordo com seus objetivos, atentando para o fato de que todos os participantes respondessem os mesmos questionamentos (QUEIROZ, 1988).

Procedimentos

Esta pesquisa foi realizada como atividade de pesquisa da disciplina Psicologia e Processos de Aprendizagem, do curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. Embora tenha sido uma atividade desenvolvida durante a disciplina e não se tenha a aprovação pelo Comitê de Ética, todos os pressupostos éticos foram seguidos ao longo desse trabalho. Além disso, a pesquisa foi acompanhada pela professora da disciplina, dando suporte desde o planejamento, contato com as professoras, realização da pesquisa e análise dos dados, a partir de supervisões acadêmicas.

Inicialmente, duas escolas, uma pública e outra privada, foram procuradas para que o trabalho pudesse ser apresentado e as professoras convidadas. Antes de realizar a entrevista, foram esclarecidas todas as informações sobre o trabalho, como o fato de que fazia parte de uma atividade de aula, além de garantidos os direitos, como sigilo, confidencialidade e direito de desistir da participação em qualquer momento. As entrevistas foram realizadas nas casas das professoras, em horários previamente combinados, tendo tido duração de uma hora.

Análise dos Dados

Foi realizada uma análise qualitativa dos dados, segundo Bardin (1977).

Resultados e Discussão

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é uma realidade em muitas escolas. Quando perguntado às professoras quais eram as necessidades que mais apareciam, foram obtidas respostas diferentes. Uma professora da rede privada foi breve “*Sim. Alunos com TDAH*” (Professora A privada), já uma das professoras da rede pública relatou diversos tipos de necessidades “*Sim, as necessidades especiais mais frequentes são síndrome de Down, esquizofrenia, déficit de atenção, hiperatividade, deficiência visual e mental e cadeirantes*” (Professora B pública). Com isso, é imprescindível salientar que por lei, algumas dessas citadas pela professora da rede pública, não são reconhecidas como

deficiência, ainda que exijam preparo das professoras, pois também há necessidade de adaptações.

Dentre as necessidades citadas, encontram-se as físicas, as quais são identificadas quando há um comprometimento do aparelho locomotor, que engloba as articulações, os músculos e o sistema nervoso. Ao sofrer uma lesão em um ou mais dos mesmos, pode-se afirmar que há uma insuficiência física (BEYER, 2006). Ainda se fez menção à esquizofrenia, a qual é um transtorno mental que se caracteriza por distúrbios do pensamento, com idéias de perseguição e perda das conexões lógicas, que também se manifestam na linguagem. Porém, o campeão de recorrência no campo das necessidades especial foi o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o qual é reconhecido como um transtorno neurológico, que tem aparição na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, agitação e impulsividade, onde um ou mais devem ser predominantes e especificados. O transtorno tem grande impacto na vida do sujeito, pois pode gerar algumas dificuldades emocionais, de relacionamento familiar e social, bem como um baixo desempenho escolar (ROHDE; BENCZIK, 1999).

Nos dias de hoje, segundo Herrero (2010), tem sido crescente a procura pela integração de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Essa afirmativa pode ser vista na resposta de uma das professoras *“A demanda desse tipo de aluno está cada vez aumentando mais, na minha escola existe hoje um número bastante grande de crianças com necessidades especiais”* (Professora A pública). De certa forma, essa procura foi intensificada a partir das diversas leis que surgiram com o objetivo de tentar minimizar o preconceito e de normalizar (na tentativa de minimizar o preconceito) o processo de integração desses alunos com suas deficiências no ambiente regular. Além disso, visam a que os alunos com necessidades especiais possuam os mesmos direitos, vivenciando as mesmas experiências, ao mesmo tempo em que é preciso ter a seu dispor um ambiente físico adaptado às suas necessidades.

As entrevistas feitas com as professoras demonstraram convergências no que tange ao processo de inclusão. Todas as entrevistadas responderam que não se sentiam preparadas para trabalhar com os alunos especiais e duas delas alegaram não terem sido preparadas para essa demanda durante a sua formação. Este aspecto pode ser constatado na seguinte fala: *“Não, de forma alguma. Sinto-me, na verdade, completamente*

despreparada para enfrentar esse desafio” (Professora B pública). Com isso, também foi mencionado pelas professoras que as escolas não são estruturadas para a recepção destes alunos, como acessibilidade física (rampas e banheiros adaptados, por exemplo). Há um despreparo tanto físico quanto didático e metodológico, segundo essas professoras.

Quanto à visão da família na participação da vida escolar dos filhos, a maioria das professoras relatou que depende muito da família, e que tal fato não difere muito da participação das famílias de crianças consideradas “normais”. Algumas participam mais e outras participam menos, não sendo possível generalizar. Ainda foi enfatizada pelas professoras a importância da relação entre escola e família para uma melhor realização do trabalho com o aluno, uma das professoras deu um exemplo dessa importância sobre um aluno diagnosticado com esquizofrenia quando relatou: *“Combinamos que, uma vez por semana, uma pessoa da família vai até a escola para nós trocarmos ideias. Assim, está sendo mais tranquilo”* (Professora A pública).

É importante considerar outras duas importantes características dessa inclusão. A primeira se refere ao fato de que essa integração não deve ser possível apenas por estar contida nas leis, mas também porque é necessária para que a criança especial estabeleça relações com outras pessoas e assim se adapte melhor ao seu contexto sócio-cultural. A outra é referente ao papel crucial que os demais alunos possuem para que essas crianças especiais façam parte de uma escola regular, já que os mesmos estarão envolvidos e farão parte do ambiente do necessitado. Por parte dos alunos, os principais tópicos são a importância do pedagogo em diferenciar o colega com requerimento de atenção especial, sem discriminação para/com os outros e tentar com que essa convivência em sala de aula seja o mais natural possível, onde fornecerá oportunidade de aprendizagens recíprocas, sem o preconceito por parte dos alunos considerados “normais”.

Para que a integração de alunos especiais seja efetivada, é preciso rever algumas concepções do professor sobre o fato, pois:

A conduta e as expectativas do professor determinam de forma decisiva o êxito ou o fracasso do aluno, o que permite afirmar que o posicionamento do professor com relação ao tema é fundamental para o desenvolvimento do processo de mudança. (HERRERO, 2000, p. 12).

Isso significa que o professor é um agente ativo e de grande influência nesse processo.

Com o objetivo de modificar atitudes dos futuros professores, vem sendo pensada uma maneira de reformulação na formação acadêmica dos mesmos. O investimento com seriedade na formação dos professores é necessária, pois eles precisam aprender a identificar e atender às necessidades em sua particularidade, de forma que alcancem a finalidade de satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança, incentivando-a a aprender e desenvolver seu potencial, partindo de sua realidade particular. Isso exige dos professores uma maior sensibilidade e um pensamento crítico a respeito de suas práticas.

A partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter a capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias. Tem de estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999, p. 68)

A partir do momento em que houve o reconhecimento da existência de necessidades especiais, a sociedade deixou cada vez mais evidente a divisão e o preconceito entre os cidadãos portadores e não-portadores de necessidades especiais. Foi a partir da descoberta de técnicas de estimulação, que a preocupação com a adaptação desses portadores de necessidades especiais ficou cada vez mais presente na sociedade, não apenas para os professores que deveriam lidar com eles, mas também para os próprios familiares. Isto quer dizer que nesse momento a família passou a ser considerada como um co-agente no processo de cuidados e reabilitação.

Conforme Santos (1999), o papel da família tem sido cada vez mais ressaltado, pois ela é uma parceira vital no processo de integração, tanto social quanto escolar, do portador de deficiência. O que infelizmente ainda acontece é que muitas vezes a escola assume um papel de superioridade em relação à família, acreditando que podem “mandar” os alunos especiais a procurar por auxílio de fonoaudiólogas, psicólogas, entre outras áreas da saúde.

Após a “Declaração de Salamanca” em 1994, houve uma mudança acerca do reconhecimento do papel da família para que ocorresse um melhor aprendizado do aluno dentro do ambiente escolar. Neste documento, foi proposto que, assim como existe a necessidade de rever a formação dos professores, é preciso que a família se coloque num processo de atuação tornando-se mais presentes na vida dos filhos especiais e desempenhando o papel de assistentes aos professores, para que a aprendizagem se dê de uma maneira mais eficaz. Entretanto, essa necessidade de revisão tem gerado alguns receios

na família, referentes à perda de seu valor e a insegurança em relação à posição ocupada no desenvolvimento e na aprendizagem do familiar especial.

Deve-se, portanto dar destaque ao preparo técnico e ao apoio profissional de outros profissionais e interessados no processo de inclusão, bem como o preparo institucional das escolas, isso porque é evidente que:

“A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É importante sua participação, pois assim a família irá exercer sua cidadania e funcionará como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser.” (SANTOS, 1999, p. 78)

De tal forma pode-se concluir que, na visão dos professores, existem vários tipos de pais. Entre eles, estão os pais super protetores com seus filhos deficientes, o que pode impedir que a criança possa vivenciar experiências que contribuirão para o desenvolvimento de sua autonomia, e os pais que não sabem muito sobre a deficiência do filho, não sabendo assim, como podem ajudar para que o mesmo consiga ter uma vida escolar mais significativa, pois não há busca por conhecimento.

Então, assim como os professores acreditam que a família deve integrar-se ao ambiente escolar engajando-se no processo, existe a visão dos familiares que acreditam que os professores devem estabelecer um trabalho em conjunto com os pais e filhos especiais, através de encontros e/ou reuniões para que, dessa forma, todos possam ter conhecimento e vivenciar a rotina repleta de atividades que os filhos enfrentam. Tais reivindicações deixam evidente o fato de que, tanto os pais como os professores, não se encontram preparados para lidar com a inclusão de alunos especiais na escola regular, pois todos exigem a atitude do outro, mas não se mostram disponíveis para dar o primeiro passo.

Ainda foi questionado sobre de que forma elas poderiam ajudar as famílias das crianças portadoras de necessidades especiais, enquanto professora. Um achado unânime foi o relato onde todas reconheciam o despreparo, e salientaram a necessidade de palestras, cursos e qualquer outro tipo de orientação que pudesse lhes tornar capazes para realizar o trabalho, enfatizando a dificuldade de dar tanta atenção ao aluno especial numa sala de aula regular.

Conclusão

Ao fazer o presente artigo compreendemos que é indispensável uma família e um corpo docente preparados para a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. Porém, é perceptível que há uma falta de preparo e de conhecimento por parte dos professores, os quais na época de sua formação não tiveram a necessidade de aprender, e por isso nunca foram estudar sobre o assunto. Tal atitude evidencia um grande erro, pois nos dias de hoje um aluno especial pode ingressar em uma escola regular a qualquer momento, e assim exigir um atendimento especializado. Diante dessa situação, é de extrema importância que os professores obtenham instrumentos para atender as necessidades apresentadas pelos seus alunos, isto é, existe a necessidade crescente de mudança e de inclusão.

Também se pode abranger que a família de alunos especiais inclusos também possui um papel fundamental na adequação do mesmo no ensino regular. Assim, é necessária a participação e integração entre pais e professores, a fim de facilitar a vivência do aluno no âmbito escolar. Conforme Santos (1999), não é nada fácil para os pais, identificar as necessidades reais do filho como um problema, até porque este exige a necessidade de ser amparado e cuidado por alguém que seja capaz de interpretar seu choro de fome, dor, desconforto ou manha. Ou seja, os pais precisam conhecer as necessidades para lidar com elas de forma adequada, mas para isso, precisam reconhecer quais são as verdadeiras limitações enfrentadas no âmbito escolar de seu filho.

Portanto, para que a inclusão escolar ocorra efetivamente, é necessário um aprimoramento constante dos professores, com o domínio de instrumentos e referenciais que façam evoluir suas práticas pedagógicas. Além de uma participação contínua da família no ambiente escolar. Com isso, deve ocorrer a capacitação de todos os educadores e o aprimoramento dos demais profissionais presentes na escola, através de palestras abrangentes e/ou treinamentos específicos, pois esses são o ponto fundamental para a efetivação do processo inclusivo nas escolas.

A psicologia nesse contexto tem um papel muito importante, pois é ela que irá auxiliar os pais, os professores, os colegas de classe e a própria criança com necessidade especial a se adaptar e lidar com a situação de inclusão. Assim, é de suma importância um acompanhamento dos pais, pois são eles os responsáveis por dar todo o suporte para que a

criança consiga superar essa nova fase de adaptação, e também um suporte para a criança especial, pois infelizmente, a sociedade moderna ainda tem muitos preconceitos referentes às deficiências.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Editora Mediação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília, 1999.

FONSECA, V. **Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às idéias de Feuerstein**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HERRERO, M. J. P. **Educação de alunos com necessidades especiais**. Traduzido por: Maria Helena Maurão Alves Oliveira e Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ORLANDI, Emi P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. São Paulo: Vértice, 1988.

ROHDE, L; BENCZIK, E. **Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

Sobre os Autores:

Lisiane Weigert Cassales - Acadêmica do 6º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Santa Maria, RS, Brasil. Endereço eletrônico: lisi_kssales@hotmail.com

Miriane Alves Lovato - Acadêmica do 6º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS, Brasil. Endereço eletrônico: mirianelovato@hotmail.com

Aline Cardoso Siqueira - Orientadora do trabalho e professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil. Endereço eletrônico: alinecsiq@gmail.com

Autor Responsável:

Lisiane Weigert Cassales. Endereço para correspondência: Rua Pinheiro Machado, 3099, Bairro Dores. Telefones para contato: (55) 3028-7839 e (55) 9157-4992.